

### Ata nº 13 / XIII / 1.ª SL

Aos dois dias do mês de fevereiro de 2016, pelas quinze horas e trinta minutos, reuniu a Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Estrangeiros, na sala 1 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta Ata, com a seguinte,

#### Ordem do Dia (OD):

1. **Informações gerais;**
2. **Audição do Ministro dos Negócios Estrangeiros** (n.º 2 do art.º 104.º do Regimento da Assembleia da República)
3. **Outros assuntos**

---

Iniciados os trabalhos, o Senhor **Presidente, Deputado Sérgio Sousa Pinto**, deu as boas-vindas aos membros da Comissão, prestou, no âmbito do **Ponto 1.** da OD, as seguintes informações gerais:

- O Grupo Parlamentar do PS informou que a Senhora Deputada Carla Tavares (suplente) foi substituída na CNECP, pelo Senhor Deputado Hugo Costa.
- Entraram na CNECP 3 iniciativas europeias - Propostas de Regulamentos do Parlamento Europeu e do Conselho (distribuídas aos deputados-coordenadores), em tempo remetidas aos diferentes Grupos Parlamentares, relativas às seguintes matérias:
  - COM 667 (2015) \_Altera** o Regulamento (CE) n.º 1406/2002 que institui a Agência Europeia da Segurança Marítima; **(limite: 15 de fevereiro)**
  - COM 670 (2015)\_ Altera** o Regulamento n.º 562/2006, em reforço dos controlos nas fronteiras externas por confronto com as bases de dados pertinentes; **(limite: 22 de fevereiro)**

**-COM 671 (2015)\_** Revoga o Regulamento (CE) n.º 2007/2004, o Regulamento (CE) n.º 863/2007 e a Decisão 2005/267/CE, relativo à Guarda Costeira e de Fronteiras Europeia; **(limite: 22 de fevereiro)**

Foi relembrado que qualquer das iniciativas indicadas envolve matéria selecionada pela CNECP, no âmbito do Programa de Trabalho da Comissão/2015.

- **A** Associação Sindical dos Diplomatas Portugueses, por ocasião da eleição da sua nova direção, presidida pelo Senhor Embaixador Manuel Marcelo Curto, solicita audiência com a Comissão.
- Tendo por destinatários os Senhores Deputados Ângela Guerra e Paulo Pisco, foi referido que a reunião da AFET/PE, de 23 de fevereiro, terá lugar em Bruxelas e não em Estrasburgo, como estava inicialmente previsto.

## **Ponto 2.**

A sessão foi declarada aberta pelo Senhor **Presidente, Deputado Sérgio Sousa Pinto**, que deu as boas vindas ao Senhor Ministro dos Negócios Estrangeiros (MNE), e ao Senhor Secretário de Estado das Comunidades Portuguesas (SECP), explicando seguidamente a metodologia adotada para esta Audição Regimental, dando a palavra ao Senhor Ministro para a sua alocução inicial.

O Senhor **Ministro** identificou os fatores de risco internacional com os quais presentemente nos deparamos. Começou por situar geograficamente as zonas de maior risco: as fronteiras externas da União, o norte de África, o Médio Oriente, os países do SAEL e Golgo da Guiné, por serem, zonas de expansão do terrorismo de inspiração islamita, realçando também as questões relacionadas com a segurança marítima (contrabando, pirataria e tráfico de pessoas e drogas), e relembrando que 45% do petróleo é oriundo de zonas em conflito desta região (Senegal, Guiné e Golfo de Áden). Depois, identificou uma zona de desagregação correspondente aos estados do Iraque e Síria, onde contendidas internacionais teimam em alimentar conflitos, originando um crescente movimento de populações refugiadas geradoras de crises humanitárias graves. Por último, aludiu ao desempenho da comunidade internacional por ser ambígua e insuficiente em face dos riscos acima relatados. Acresce uma crescente tensão NATO-Rússia, Estados Unidos-Rússia e Estados Unidos-China, de cuja estabilidade relacional depende a paz global.

Finda a sua alocução foi dada a palavra ao Senhor **Deputado Sérgio Azevedo (PSD)** que cumprimentou os membros do Governo presentes e, aludindo à recente comunicação do Senhor Ministro no seminário diplomático, relativamente a cujo teor manifestou a concordância do seu Grupo Parlamentar (GP), mormente uma identificação das grandes linhas da política externa de Portugal. Manifestou preocupação acerca da participação de Portugal na NATO, dada a divergência de opiniões entre os partidos que suportam parlamentarmente o atual Governo e as declarações recentes de responsáveis do PS (no caso, de que os EUA se arriscavam a ser uma URSS sem o KGB), aproveitou para perguntar se o Ministro considera que tais compromissos internacionais são para manter. E perguntou se a União iria ceder à pressão do Reino Unido (RU) no sentido de restringir e emigração no seu território.

No seguimento da intervenção do PSD, usou da palavra o Senhor **Deputado Paulo Neves**, para perguntar: qual a política defendida pelo Governo para a promoção da língua portuguesa no mundo; relativamente à política de cooperação, se se pretende apostar mais na CPLP ou na cooperação triangular; qual o candidato que o Ministro entende possuir o perfil ideal para o cargo de Secretário-Executivo da CPLP; qual é a estratégia no âmbito do processo eleitoral para o cargo de Secretário-Geral da ONU; e, finalmente, no concernente ao voto de condenação do confisco de bens a emigrantes na Dinamarca, recentemente aprovado no Parlamento, qual é a posição do Governo.

Respondeu o Senhor **Ministro**, afirmando que o Atlântico merece um reforço de atenção que não é incompatível com o quadro de relações multilaterais portuguesas, aspeto que está refletido no Orçamento de Estado e no próprio Tratado Orçamental. Nesta matéria, Portugal alinhou a sua posição com o RU, reforçando a vontade de que este país não venha a abandonar a União, dado que a Europa não seria a mesma sem o RU. Reafirmou que Portugal não prescinde do princípio da livre circulação e da não-discriminação de tal liberdade em função da nacionalidade. Relativamente à língua portuguesa, declarou que o português é uma língua global cuja promoção é prioridade absoluta do Governo, o mesmo se passando com a cooperação, sem prejuízo de alguma e específica cooperação triangular, como ocorre com Cabo-Verde \_ que se relaciona também com o Luxemburgo\_, ou nos casos do Brasil e Angola. Relativamente ao Secretariado-Executivo da CPLP informou que Portugal apresentará a sua candidatura, cujo perfil obedecerá à consideração de quem esteja em melhores condições para executar a política governativa naquele âmbito. Mais referiu que Portugal está a preparar diplomaticamente o processo de candidatura do engenheiro António Guterres a secretário-Geral da ONU. Finalmente, afirmou ter tomado devida nota da aprovação do voto de

condenação parlamentar, sublinhando que a disposição do confisco configura medida que o Governo português nunca aprovaria.

Seguidamente e em nome do GP do PS, interveio o Senhor **Deputado Paulo Pisco** para perguntar de que modo vão ser implementadas as orientações divulgadas aquando do Seminário Diplomático, tendo em conta as questões dos refugiados e do terrorismo. Questionou, ainda, sobre: o reconhecimento de direitos sociais e de cidadania, no âmbito da CPLP; como vai funcionar a Secretaria de Estado da Internacionalização na sua relação com o tecido empresarial das comunidades portuguesas no estrangeiro; relativamente à atividade consular, como pretende o Ministério colmatar as falhas existentes; e, finalmente, quais os fatores que, no entendimento do Ministro, podem pesar no êxito da candidatura ao cargo de Secretário-geral da ONU.

Em resposta, referiu o Senhor **Ministro** que Portugal faz parte do Grupo de Trabalho sobre combate ao terrorismo, possuindo 32 militares no Iraque e em cenários de gestão de crises, no âmbito da União, devendo existir um comando político efetivo desta atuação. Anunciou que a Irlanda propôs hoje uma lei sobre combate ao financiamento do terrorismo. Relativamente ao apoio aos refugiados, Portugal assegura a sua quota-parte de responsabilidades nesse esforço e pretende aprofundar projetos de acolhimento a refugiados, estando prevista a participação na reunião de Londres sobre o plano de apoio a estudantes sírios, a ser discutido na reunião do Conselho da próxima semana. Relativamente à CPLP, pretende-se aprofundar a capacidade de circulação no espaço Schengen, bem como alargar o número de países associados. Finalmente, referiu não existir qualquer regra de preferencialidade de género ou origem na ocupação do cargo da ONU em causa, afirmando que a exigência dos tempos que correm exige experiência e capacidade comprovadas.

Interveio a Senhora **Deputada Domicília Costa**, em nome do GP do BE, para aludir à preocupante situação no Médio Oriente, onde a Arábia Saudita é o grande problema, desrespeitando elementares direitos humanos. Perguntou, como avalia o Governo esta situação, tendo formulado pergunta no mesmo sentido relativamente à situação de insegurança na península da Coreia, com sucessivos testes nucleares da Coreia do Norte. Quanto à CPLP manifestou a preocupação do seu GP com a situação política vivida na Guiné-Equatorial, dado tratar-se de um país membro daquela organização.

Em resposta, o Senhor **Ministro** afirmou, relativamente à questão dos refugiados e do terrorismo, só haver uma forma de lidar com as mesmas: dentro de um quadro internacional organizado, agindo em prol da não-proliferação de armas e utilizando métodos consensualizados de discussão. No Golfo Árabe, segundo referiu, devem distinguir-se dois planos de abordagem: o combate ao terrorismo em diferentes dimensões, incluindo a militar, e através de uma avaliação diplomática de médio-prazo que ajude países, Estados e comunidades a capacitarem-se para responder às situações, à luz dos princípios que perfilhamos. Seria um erro perder-se a possibilidade de manter o diálogo político, tal qual se faz com o Irão, com os bons resultados que conhecemos. Deu a conhecer terem sido iniciadas, em Genebra, conversações internacionais sobre a Síria e Portugal, tal como a União Europeia, defende que nelas devem participar todos os atores regionais relevantes. Relativamente ao relacionamento com a Turquia, o auxílio a prestar pela União depende dos resultados da monitorização por esta promovida.

Em nome do GP do CDS-PP, interveio o Senhor **Deputado Nuno Magalhães** para concordar com a identificação e caracterização das ameaças trazida pelo Governo, faltando aprofundar as considerações possíveis relativamente às ações em concreto, o que pediu, fosse feito nesta audição. Perguntou: como avalia e que balanço faz da atuação da Alta Representante Mogherini; se é credível a informação veiculada hoje sobre um cessar-fogo na Síria; como encara os centros de triagem de refugiados, na medida em põem em equação os direitos fundamentais face à segurança interna e internacional. E, finalmente, manifestando concordância com o acento tónico colocado pelo Governo na diplomacia económica, perguntou se o Orçamento de Estado pode suportar maior cobertura financeira para esta matéria.

Em resposta, referiu o Senhor **Ministro** que a intervenção portuguesa em cenários de crise ocorre quando a sua participação traga valor acrescentado face ao que a União já faz. Deu o caso da segurança marítima, relativamente às rotas do petróleo tanto o proveniente da Península Arábica, como da África Ocidental. Rotas que também relevam para a ajuda humanitária e para o combate ao crime organizado, em diversos tipos de tráfico. Lembrou que Portugal preside ao G7+amigos com preocupações, precisamente, nesta matéria, reforçando o papel de Portugal no concerto dos países da União Africana. Quanto à questão da Síria, lembrou estarem a decorrer dois processos em paralelo: em Genebra, onde se pretende atingir um cessar-fogo, e em Londres, onde se pretende assegurar instrumentos de sustentabilidade para uma solução política, como é o caso, por exemplo, do acolhimento de estudantes daquele país.

Interveio pelo GP do PCP, a Senhora **Deputada Carla Cruz** para, em nome daquele, cumprimentar os membros do Governo presentes. Relevou a alusão feita à busca das causas profundas do terrorismo e não apenas às suas manifestações. Perguntou de que forma pretende Portugal combater tais causas profundas. Quanto ao problema dos refugiados, e dado fugirem da fome e da guerra, perguntou como pretende o Governo obviar a esta situação, sabendo-se que nalguns casos, existe um clima de hostilização fomentado por países da União Europeia. Quanto às Comunidades, referiu que 500 mil portugueses foram obrigados a sair pelo anterior Governo, ao passo que foi diminuída a rede de apoio aos emigrantes nos locais de destino, perguntando que medidas pretende o Governo implementar na rede consular, mormente no que concerne ao reforço de pessoal.

Em reposta, referiu o Senhor **Ministro** que concorda com a necessidade de combater as causas do terrorismo, lembrando a iniciativa de acolhimento de estudantes sírios patrocinado pelo Presidente Jorge Sampaio. O mesmo se passa no Afeganistão com a reabertura das escolas primárias e a defesa dos direitos das mulheres. Não podemos confundir entre refugiados e migrantes, realidades bem distintas, sendo que no primeiro caso o direito internacional impõe obrigações aos estados, sem prejuízo da filtragem dos riscos associados, e, no segundo, deve a União estabelecer uma política comum de imigração.

De seguida interveio o Senhor **Secretário de Estado**, salientando a profundidade dos cortes financeiros que foi necessário fazer, atingindo o pessoal disponível, realçando o profissionalismo de toda a rede consular. Foi essencial obviar a situações de eminente rutura, com base em 5 pressupostos: levar em frente recrutamento para substituir aposentados (100 pessoas); levantar o novo Consulado em Cantão; modernizar os serviços consulares, pela via da desmaterialização; articular o tratamento da matéria dos registos e notariado com o Ministério da Justiça; e finalmente, apresentar um plano de contingência para situações de rutura.

Iniciou-se a segunda ronda de intervenções, tendo o Senhor **Presidente** lido a lista de inscrições.

Nesta fase, intervieram os Senhores Deputados abaixo indicados, colocando as questões aí assinaladas:

**Carlos Alberto Gonçalves (PSD)** para questionar sobre a eventual adoção do voto eletrónico em processos eleitorais, e das leis eleitorais, registando com agrado diversas posições manifestadas pelo Governo na linha da política desenvolvida pelo PSD e ao contrário do que o PS vinha afirmando, também nesta Comissão. Quis saber que medidas concretas sobre o ensino do português no estrangeiro, mormente se a propina é para manter, a articulação entre os conselheiros das Comunidades e os postos consulares, e a realização do plenário do Conselho das Comunidades; terminou declarando a disponibilidade do PSD para ajudar o Governo na melhoria destas situações, caso mantenha a linha publicamente preconizada.

**Ascenso Simões (PS)** para saber que políticas pretende o Governo implementar sobre: a implementação do português como língua de trabalho; a reforma do processo eleitoral para resolução de problemas de participação dos emigrantes; ponto de situação relativamente ao TTIP; se o MNE considera reforçar a articulação da participação de vários Ministérios na captação de investimentos estrangeiro; e se o Governo confirma a ideia da necessidade de melhorar as capacidades da REPER, lembrando não existirem portugueses a desempenhar cargos europeus relevantes.

**Paula Teixeira da Cruz (PSD)** para manifestar a sua desilusão face à prestação do MNE pois nada de novo e de concreto tem vindo aqui a ser referido, parecendo ter confundido jihadismo com islamismo. E perguntou qual a posição do Governo quanto à posição de países como a Dinamarca, Suécia e Roménia, entre outros.

**Gabriela Canavilhas (PS)** para saudar a posição de disponibilidade construtiva do PSD, manifesta pelo Senhor Deputado Carlos Alberto Gonçalves, e perguntar que posição tem o Governo relativamente às alterações orgânicas introduzidas no Instituto Camões e que prejudicam a sua intervenção e atuação no exterior.

**António Ventura (PSD)** para saber qual o ponto de situação quanto à negociação, em geral, em torno da Base das Lajes, se está ou não a ser falada a hipótese de ali criar um “Centro de Inteligência” americano, se está prevista a flexibilização das regras existentes sobre a utilização das instalações pelo tráfego aéreo civil, e, finalmente, se existe uma estratégia para a FLAD mais consentânea com os interesses do Açores.

Respondeu o Senhor **Ministro** que:

Este Governo dá prioridade à língua portuguesa como idioma internacional de trabalho, sendo o Camões IP um *pivot* desta política. Relativamente ao TTIP referiu que o processo está mais avançado do lado europeu, não sendo de esquecer a existência neste ano de eleições nos estados Unidos, motivo pelo qual têm vindo a ser levantadas barreiras neste país. Compete

ao MNE, no âmbito da diplomacia económica, assegurar a respetiva coordenação em todos os domínios e nos vários teatros, devendo a AICEP estabilizar orgânica e funcionalmente a sua atividade, concentrando a sua atuação na captação de investimento estrangeiro produtivo, apoiar a exportação e promover o investimento português no estrangeiro. Não confunde islamismo com o próprio Islão. Nunca concordou com a fusão do IPAD como o Camões IP. Terminou, referindo não ter encontrado nenhum dossiê no MNE que tenha sido deixado pelo seu antecessor, sendo que conjuntamente com os Estados Unidos, continua a estudar-se usos alternativos para a Base.

Também, interveio o Senhor **Secretário de Estado** para referir que:

Não concorda com a externalização dos serviços consulares no atendimento ao público, estando prevista, em colaboração com os sindicatos, a melhoria das condições deste atendimento. Referiu ser necessário rever a lei eleitoral no longo prazo, sendo que para já se estuda com o MAI a melhor forma de remover obstáculos existentes que não impliquem alterações à lei, incluindo o movimento associativo neste processo. Informou que a primeira reunião plenário do Conselho das Comunidades está marcada para abril. E salientou que desse Janeiro que o Governo está a conversar com os professores de português no estrangeiro.

**Paula Teixeira da Cruz (PSD)** que interpelou a Mesa no sentido de obter informação dos membros do Governo presentes sobre a posição de Portugal na Europa, relativamente à Dinamarca, Suécia, Hungria, República Checa, Croácia e Áustria.

**Lara Martinho (PS)** para questionar sobre que medidas pretende o Governo desenvolver para que as regiões autónomas possam beneficiar de melhores políticas públicas em sede das Grandes Opções do Plano, beneficiando do estatuto de regiões ultraperiféricas e assim fazer parte da política europeia externa de Portugal; e sobre a evolução, resultados e medidas a tomar, no âmbito do processo de negociação sobre as Lajes, a um mês da apresentação no Congresso americano do Relatório final sobre a utilização da Base.

**Carlos Páscoa (PSD)** para questionar: qual vai ser a atuação do Governo face à perda registada na balança de transações com os PALOP, comemorações dos 20 anos da CPLP e formato de colaboração com a Câmara do Comércio; sobre a situação de alguns vice-Consulados no Brasil (Curitiba, Fortaleza); como se pretende aprofundar o relacionamento económico com os restantes PALOP, designadamente no respeitante à existência de visto prévio para entrada nos diferentes territórios, um absurdo entre países irmãos; e ainda, se existe disponibilidade para alterar as regras do recenseamento eleitoral-

**Paulo Pisco (PS)** para perguntar com vai operar-se a modernização consular, e que medidas serão tomadas para potenciar o papel dos empresários portugueses locais.

**Assunção Cristas (CDS-PP)** para perguntar, na área da diplomacia económica, quais são as prioridades do Governo por áreas geográficas, setores de atividade e captação de investimento estrangeiro, sobre o TTIP, lembrou o Governo existirem, por exemplo, no setor alimentar, barreiras não-alfandegárias e indicações geográficas protegidas que devem ser consideradas; e, finalmente, se se confirma uma segunda edição da “Semana Azul” para 2 e 3 de junho próximo, o que seria importante, pois na primeira edição estiveram em Lisboa cerca de 70 organizações estrangeiras.

**Carla Cruz (PCP)** para reafirmar que no caso da externalização de funções consulares está em causa a soberania nacional; perguntou: que medidas serão tomadas para que a língua portuguesa não seja tratada junto das Comunidades emigrantes como uma mera língua estrangeira, e como pretende o governo reforçar o papel do conselho das Comunidades.

**Domicília Costa (BE)** para abordar a questão do ensino do português no estrangeiro, não só como língua estrangeira, mas também materna, onde o pagamento de uma propina e dos manuais escolares constitui discriminação grave, perguntando se o Governo vai alterar esta situação.

Respondeu o Senhor **Secretário de Estado**, para afirmar que a rede consular é muito qualificada, pelo que a resolução das questões críticas que se colocam possui impacto financeiro que tem de ser acautelado, lembrando que em Paris são efetuados mais de 600 atendimentos diários, não sendo possível repor a rede que existia há 4 anos. Exemplificou com o caso de Clermont-Ferrand onde um único funcionário lida com milhares de pedidos. Vai elaborar um mapa de pontos críticos que remeterá oportunamente à Comissão. Quanto à língua portuguesa, lembrou tratar-se de uma língua de paz, cooperação e investigação científica, uma língua viva que o Ministério continua a defender junto das Comunidades e em colaboração com as autoridades estrangeiras envolvidas, nos países de maior presença portuguesa. Relativamente à propina de acesso ao ensino, esta tem vindo a ser cobrada em apenas 7 casos, o que também propicia injustiças relativas que terão de ser resolvidas, representando cerca de 1 milhão e quatrocentos mil euros de receita, canalizada para a melhoria de condições do ensino do português no estrangeiro, mormente bibliotecas e manuais.

Seguidamente, referiu o Senhor **Ministro** que as Regiões Autónomas têm um papel a desempenhar na política externa europeia, atentas as suas idiossincrasias e que o problema

das Lajes não se circunscreve à ilha Terceira, pois constitui um problema estratégico nacional; mais referiu que as reuniões da comissão bilateral são semestrais e que a última decorreu em dezembro; referiu que a administração da AICEP exercerá funções até ao fim do respetivo mandato; relativamente À CPLP defendeu que a melhor forma de festejar os seus 20 anos é ver aprovada a sua nova Visão Estratégica; Portugal já deu a conhecer a sua posição política junto da União relativamente ao MERCOSUL; constituem prioridades para Portugal o reconhecimento do valor das redes de investigadores portugueses no mundo sem segmentações, apoiar a participação de empresários portugueses em negócios no exterior e, na internacionalização da economia, aumentar os bens no conjunto das exportações, melhorar o padrão de incorporação tecnológica e diversificar os destinos tradicionais de exportações, baseados nas particulares relações de amizade estabelecidas na última década; quanto à “Semana Azul” pretende-se transformá-la num evento anual a conciliar com a anunciada *Websummit*, sendo aguardadas cerca de 50 mil organizações internacionais em Lisboa.

Nada mais havendo a tratar, o **Senhor Presidente** agradeceu a presença dos membros do Governo e declarou encerrada a reunião pelas 18 horas e quinze minutos horas.

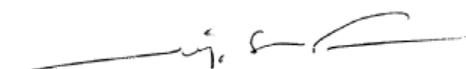
---

A presente reunião possui registo áudio consultável em:

[http://media.parlamento.pt/site/XIIIILEG/1SL/COM/02\\_CNECP/CNECP\\_20160202.mp3](http://media.parlamento.pt/site/XIIIILEG/1SL/COM/02_CNECP/CNECP_20160202.mp3)

Palácio de S. Bento, 2 de fevereiro de 2016

**O Presidente da Comissão,**



**(Sérgio Sousa Pinto)**

### **Folha de Presenças**

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Alberto Martins  
Ângela Guerra  
Ascenso Simões  
Carlos Alberto Gonçalves  
Carlos Páscoa Gonçalves  
Domicilia Costa  
Gabriela Canavilhas  
Joana Lima  
Jorge Moreira da Silva  
Lara Martinho  
Paula Teixeira da Cruz  
Paulo Neves  
Paulo Pisco  
Pedro Filipe Soares  
Sérgio Azevedo  
Sérgio Sousa Pinto  
Adão Silva  
Assunção Cristas  
Carla Cruz  
Carla Sousa  
Fernando Jesus  
Hugo Costa  
Maria Antónia de Almeida Santos  
Maria Manuela Tender  
Wanda Guimarães

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Filipe Lobo D' Ávila  
João Oliveira  
José Cesário

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Isabel Santos  
Maria Germana Rocha  
Porfírio Silva

---

**A presente Ata foi aprovada em reunião da Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas, realizada no dia 14/09/2016.**